

PARK, R. E. A notícia como forma de conhecimento. In Meios de Comunicação de Massa. Organização de Charles S. Steinberg. São Paulo: Cultrix, 1966, pp. 169-185.

A NOTÍCIA COMO FORMA DE CONHECIMENTO:

UM CAPÍTULO DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO

Robert E. Park

I

Existem, como observaram William James e outros, dois tipos fundamentais de conhecimento, a saber, ⁽¹⁾ “o conhecimento de” e ⁽²⁾ “o conhecimento acerca de”. A distinção sugerida parece óbvia. Não obstante, ao procurar explicitá-la um pouco mais, estou, sem dúvida, cometendo uma injustiça com o sentido do original. Neste caso, ao interpretar a distinção, apenas me aproprio dela. A afirmativa de James, em parte, é a seguinte:

Existem duas espécies de conhecimento ampla e praticamente distinguíveis: podemos chamá-lhes respectivamente conhecimento de trato e conhecimento acerca de... Nos espíritos que possuem alguma capacidade de falar, por mínima que seja, existe, é verdade, algum conhecimento acerca de tudo. As coisas, pelo menos, podem ser classificadas e referidas as ocasiões de seu aparecimento. Mas, em geral, quanto menos analisamos uma coisa e quanto menor o número de suas relações que percebemos, menos sabemos acerca dessa coisa e mais do tipo de trato é a nossa familiaridade com ela. As duas espécies de conhecimento, portanto, como o espírito humano praticamente as exerce, são termos relativos. Isto é, a mesma idéia de uma coisa pode denominar-se conhecimento acerca dessa coisa, em confronto com uma idéia mais simples, ou trato com ela em comparação com uma idéia dela ainda mais articulada e explícita. ⁽¹⁾

Reproduzido de *The American Journal of Sociology* 45, 1940. Copyright 1940 da Universidade de Chicago.

⁽¹⁾ William James, *The Principles of Psychology* (Nova Iorque: Henry Holt & Co., 1896), I, 221-22.

Como quer que seja, o “conhecimento de”, como eu gostaria de empregar a expressão, é a espécie de conhecimento que inevitavelmente adquirimos no curso de nossos encontros pessoais e de primeira mão com o mundo que nos rodeia. É o conhecimento que adquirimos mais através do uso e do hábito do que de qualquer espécie de investigação formal ou sistemática. Em tais circunstâncias, chegamos afinal a conhecer as coisas não só por intermédio dos nossos sentidos especiais, mas através das reações de todo o nosso organismo. Conhecemo-los no último caso como conhecemos as coisas a que estamos acostumados, num mundo ao qual nos ajustamos. Tal conhecimento, com efeito, pode ser concebido como forma de ajustamento orgânico ou adaptação, que representa a acumulação e, por assim dizer, a fusão de longa série de experiências. É essa espécie de conhecimento pessoal e individual que faz cada um de nós sentir-se à vontade no mundo que escolheu ou no qual está condenado a viver.

É manifesto que os seres humanos, que são, aliás, dentre as criaturas vivas, as de maior mobilidade, tendem, não obstante, a arraigar-se, como plantas, nos lugares e associações a que se avezaram. Se essa acomodação do indivíduo ao *habitat* deve ser considerada como conhecimento, incluir-se-á, provavelmente no que denominamos tato ou senso comum. São caracteres que os indivíduos adquirem de maneiras informais e inconscientes; mas, adquiridos, tendem a tornar-se propriedades privadas e pessoais. Podemos chegar até a descrevê-los como traços da personalidade — algo, de qualquer maneira, que não pode ser bem formulado ou comunicado de um indivíduo a outro por meio de pronunciamentos formais.

Outras formas do “conhecimento de” são: 1) o conhecimento clínico, na medida, ao menos, em que é produto da experiência pessoal; 2) as habilidades e o conhecimento técnico; e 3) o que quer que seja aprendido pela experimentação não dirigida e inconsciente, como a que supõe o contacto com os objetos e o manejo deles.

Nosso conhecimento de outras pessoas e da natureza humana em geral parece ser dessa espécie. Conhecemos outras mentes de maneira muito semelhante àquela pela qual conhecemos a nossa, isto é, intuitivamente. Muitas vezes conhecemos outras mentes melhor do que a nossa. Pois a mente não é o mero fluxo de consciência que cada um de nós contempla quando, introspectivamente, volta sua atenção para o agitar-se dos próprios pensamentos. A mente, melhor dizendo, são as tendências divergentes para agir de que somos quase totalmente inconscientes e que incluem a capacidade de as controlar e dirigir de acordo com um propósito mais ou menos conscien-

te. Por um mecanismo que opera seja lá como fôr, os seres humanos têm uma capacidade extraordinária de sentir essas tendências em outros como em si mesmos. Faz-se mister muito tempo, entretanto, para conhecermos completamente qualquer ser humano, inclusive nós mesmos, e essa espécie de conhecimento não é obviamente a que obtemos do comportamento humano mediante experiências num laboratório de Psicologia. Será mais semelhante ao conhecimento que o vendedor tem dos fregueses, o político dos clientes, ou o psiquiatra dos pacientes em seus esforços por compreendê-los e curá-los. Será até mais semelhante à espécie de conhecimento que se incorpora no hábito, no costume e, por fim — por algum processo de seleção natural, que não compreendemos plenamente — no instinto; uma espécie de memória ou hábito racial. O conhecimento dessa espécie, se é que se pode chamar-lhe conhecimento, torna-se, finalmente, segrêdo pessoal do indivíduo ou atributo especial da raça ou da linhagem que o possui. (2)

Pode-se, talvez arriscar êsse pronunciamento visto que o tipo de conhecimento intuitivo ou instintivo aqui descrito parece nascer de processos substancialmente semelhantes às acomodações e adaptações que, por alguma espécie de seleção natural, produziram as diferentes variedades raciais do gênero humano assim como das espécies vegetais e animais. Objetar-se-á que o que se entende por conhecimento é exatamente o que não se herda nem se pode herdar. Por outro lado, é certo que algumas coisas se aprendem com muito maior facilidade do que outras. O que se herda, portanto, talvez não seja nada que se possa apropriadamente denominar conhecimento. Será, antes, a capacidade herdada de adquirir as formas específicas de conhecimento que denominamos hábitos. Parece haver grandíssima diferença entre os indivíduos, famílias e grupos genéticos no que respeita à sua capacidade de aprender coisas específicas. A inteligência nativa não será, provavelmente, a coisa padronizada que os testes de inteligência poderiam levar-nos a acreditar que fôsse. Na medida em que isto é verda-

(2) "O biólogo geralmente pensa em desenvolvimento como algo muito diverso da modificação do comportamento pela experiência, mas tem-se aventado, de tempos a tempos, a idéia de que a base da hereditariedade e do desenvolvimento é fundamentalmente semelhante à memória... Encarado por êsse prisma, todo o curso do desenvolvimento é um processo de aprendizagem fisiológica, que principia com a simples experiência da exposição diferencial a um fator externo, e sofre uma modificação depois da outra, à medida que ocorrem novas experiências na vida do organismo ou de suas partes em relação umas com as outras" (C. M. Child, *Physiological Foundation of Behavior*, pp. 248-49; citado por W. I. Thomas em *Primitive Behavior* (Nova Iorque: McGraw-Hill Book Co., 1937), p. 25).

deiro, os estudos da inteligência no futuro tenderão, suponho eu, a preocupar-se mais com as idiosincrasias da inteligência e com as curiosas maneiras pelas quais as mentes individuais alcançam essencialmente os mesmos resultados, do que com a medição e a padronização de tais consecuições.

É óbvio que êsse conhecimento "sintético" (isto é, o conhecimento que se incorpora no hábito e no costume e assim se opõe ao conhecimento analítico e formal) provavelmente não será articulado e comunicável. Se chegar a ser comunicado, sê-lo-á mais em forma de máximas práticas e sábios provérbios do que em forma de hipóteses científicas. Não obstante, o amplo e íntimo conhecimento de homens e coisas talvez seja o sustentáculo de quase todos os juízos sadios em questões práticas, assim como a fonte dos palpites em que confiam os entendidos em situações embaraçosas e das súbitas percepções que, na evolução da ciência, tão amiúde preludiam importantes descobrimentos.

Em contraste com êste, existe o tipo de conhecimento que James descreve como "conhecimento acêrca de", formal, racional e sistemático. Baseia-se na observação e no fato, mas no fato verificado, rotulado, sistematizado e, finalmente, ordenado nesta e naquela perspectiva, segundo o propósito e o ponto de vista do investigador.

O "conhecimento acêrca de" é formal; é o conhecimento que atingiu certo grau de precisão e exatidão substituindo a realidade concreta por idéias e as coisas por palavras. As idéias não só constituem a estrutura lógica de todo conhecimento sistemático mas também entram na própria natureza das coisas com que a ciência — natural para distinguir-se da ciência histórica — se preocupa. Na realidade, parece haver três tipos fundamentais de conhecimento científico: 1) Filosofia e Lógica, que se interessam primordialmente por idéias; 2) História, que se interessa primordialmente por acontecimentos; e 3) as Ciências Naturais ou de classificação, que se interessam primordialmente por coisas.

Os conceitos e artefatos lógicos, como o sistema numérico, não estão envolvidos no fluxo geral dos acontecimentos e das coisas. Por isso mesmo servem admiravelmente ao propósito de rótulos e computadores com que se identificam, descrevem e, finalmente, se medem coisas. O propósito final da Ciência Natural parece ser para substituir o fluxo de acontecimentos e o caráter mutável das coisas por uma fórmula lógica, em que se possa descrever com precisão lógica e matemática o caráter geral das coisas e a direção da mudança.

A vantagem de substituir o curso real dos acontecimentos por palavras, conceitos e uma ordem lógica está em que a ordem conceitual

torna inteligível a ordem real e, na medida em que as formulações hipotéticas que denominamos leis se conformam ao curso real dos acontecimentos, pode-se predizer, partindo de uma condição presente, uma condição futura das coisas. Permite-nos especular com alguma segurança como, e até onde, qualquer intervenção ou interferência específica na situação presente determinará a situação predestinada a suceder-lhe.

Por outro lado, existe sempre a tentação de estabelecer o divórcio total entre a descrição lógica e verbal de um objeto ou situação e a realidade empírica a que ele se refere. Este parece ter sido o erro fundamental do escolasticismo, que propendeu invariavelmente a substituir a relação de causa e efeito, que é uma relação entre coisas, pela coerência lógica, que é uma relação entre idéias.

A ciência empírica e experimental foge a uma solução puramente lógica de seus problemas aferindo seus cálculos em algum ponto pelo mundo real. A ciência puramente intelectual corre sempre o risco de tornar-se tão completamente alheia às coisas que os símbolos com os quais opera passam a ser meros brinquedos mentais. Nesse caso, converte-se a ciência numa espécie de jogo dialético, perigo a que nem sempre escaparam as Ciências Sociais, na medida em que se dispuseram a formular e investigar problemas sociais nas formas em que os definiram convencionalmente certos órgãos administrativos ou instituições governamentais. Dessa maneira, a investigação tendeu sempre a semelhar mais uma busca de fatos do que uma pesquisa. Encontrados os fatos, os órgãos viam-se em condições de fornecer as interpretações; mas estas, de ordinário, eram as interpretações que se achavam implícitas na política que os órgãos ou instituições já haviam adotado.

Tais são algumas das características gerais do conhecimento sistemático e científico, “conhecimento acêrca de”, em contraste com o conhecimento concreto, o senso comum e o “conhecimento de”. O que constitui, todavia, o caráter singular do conhecimento científico, em confronto com outras formas de conhecimento, é o ser comunicável até um ponto em que não o é o senso comum ou o conhecimento baseado na experiência prática e clínica. É comunicável porque seus problemas e suas soluções são apresentados não só em termos lógicos e inteligíveis, mas também em formas tais que podem ser verificados pela experiência ou pela referência à realidade empírica a que os termos se referem.

A fim de tornar possível uma coisa dessas, cumpre descrever minuciosamente, em todos os casos, a fonte e a maneira pelas quais os

fatos e descobrimentos foram originariamente obtidos. O “conhecimento acêrca de”, pelo menos na medida em que é científico, passa a ser, assim, parte da herança social, um corpo de fatos e teorias averiguados e acreditados, em que novos acréscimos, ajuntados ao fundo original, tendem a verificar, afirmar ou qualificar, primeiro em cada ciência especial e depois em tôdas as ciências correlatas, tôdas as contribuições de investigações anteriores.

Por outro lado, “o conhecimento de”, como procurei caracterizá-lo, na medida em que se baseia na lenta acumulação da experiência e na gradativa acomodação do indivíduo ao seu mundo individual e pessoal, identifica-se, como eu disse, cada vez mais com o instinto e a intuição.

O “conhecimento acêrca de” não é apenas a experiência acumulada, senão o resultado da investigação sistemática da natureza. Baseia-se nas respostas dadas às perguntas definidas que fazemos ao mundo à nossa volta. É o conhecimento metódicamente buscado com todo o aparelhamento formal e lógico criado pela pesquisa científica. Posso acrescentar, entre parênteses, que não existe, falando-se de um modo geral, nenhum método científico totalmente independente da intuição e da percepção que nos dá o conhecimento das coisas e dos acontecimentos. A verdade é que, em circunstâncias comuns, o máximo que os métodos formais podem fazer pela pesquisa é secundar o investigador na obtenção de fatos que lhe possibilitem verificar as percepções e palpites que tinha no início, ou logrou mais tarde, no curso de suas pesquisas.

Uma das funções desse procedimento metódico consiste em proteger o investigador dos perigos de uma interpretação a que tende a induzi-lo uma busca demasiado ardente do conhecimento. Por outro lado, não existe procedimento metódico que substitua a percepção.

I I

Presume-se que o que aqui se descreve como “conhecimento de” e “conhecimento acêrca de” sejam formas distintas de conhecimento — formas que têm diferentes funções na vida dos indivíduos e da sociedade — muito mais do que conhecimentos do mesmo gênero porém de diversos graus de exatidão e valor. Sem embargo disso, não são tão dessemelhantes no caráter ou na função — visto serem, afinal de contas, termos relativos — que não possam ser concebidos como se constituíssem juntos um contínuo — um contínuo dentro do qual en-

contram lugar tôdas as espécies e tôdas as partes do conhecimento. Num contínuo dessa natureza a notícia tem localização própria. Claro está que a notícia não é um conhecimento sistemático como o das Ciências Físicas. Antes, na medida em que se refere a acontecimentos, semelha a História. Por serem invariavelmente fixos no tempo e localizados no espaço, os acontecimentos são unidos e não podem, portanto, classificar-se como as coisas. As coisas não somente se movem no espaço e mudam com o tempo mas também, no tocante à sua organização interna, estão sempre numa situação de equilíbrio mais ou menos estável.

Entretanto, a notícia não é História, e seus fatos não são fatos históricos. Não é História porque, em primeiro lugar, se refere, em conjunto, a acontecimentos isolados e não procura relacioná-los uns aos outros nem como seqüências causais nem como seqüências teleológicas. A História não só descreve os acontecimentos mas também procura colocá-los no lugar que lhes cabe na sucessão histórica e, fazendo-o, descobrir as tendências e fôrças subjacentes que nêles encontram expressão. Com efeito, não andaria muito errado quem supusesse que a História se interessa tanto pelas conexões dos acontecimentos — a relação entre os incidentes que precedem e os que se seguem — quanto se interessa pelos próprios acontecimentos. Por outro lado, à diferença do historiador, o repórter procura tão-somente registrar cada acontecimento isolado, à proporção que ocorre, e só se interessa pelo passado e pelo futuro na medida em que êstes projetam luz sobre o real e o presente.

A relação de um acontecimento com o passado constitui tarefa do historiador, embora sua significação como fator determinante do futuro talvez possa ser deixada à ciência da política — que Freeman denomina “política comparativa”⁽³⁾ — ou seja, à Sociologia ou alguma outra divisão das Ciências Sociais, que, por estudos comparativos, busque chegar a pronunciamentos tão genéricos que sustentem uma hipótese ou uma predição.⁽⁴⁾

(3) Edward A. Freeman, *Comparative Politics* (Londres, 1873).

(4) O ponto de vista sociológico surge na investigação histórica assim que o historiador passa do estudo dos “períodos” ao das instituições: A história das instituições — isto é, a família, a igreja, as instituições econômicas, as instituições políticas, etc. — conduz inevitavelmente à comparação, à classificação, à formação de nomes ou conceitos de classe e, finalmente, à formulação da lei. No processo, a História se converte em História Natural e a História Natural passa a ser ciência natural. Em suma, a História se muda em Sociologia (R. E. Park e E. W. Burgess, *Introduction to the Science of Sociology* (Chicago: University of Chicago Press, 1921), p. 16).

Como forma de conhecimento, a notícia não cuida essencialmente nem do passado nem do futuro, senão do presente — e por isso foi descrita pelos psicólogos como o “presente especioso”. Pode-se dizer que a notícia só existe nesse presente. O que aqui se entende por “presente especioso” é indicado pelo fato de ser a notícia, como o sabem os editôres da imprensa comercial, mercadoria sumamente perecível. A notícia só é notícia até o momento em que chega às pessoas para as quais tem “interêsse noticioso”. Publicada e reconhecida a sua significação, o que era notícia se transforma em História.

Essa qualidade transitória e efêmera é da própria essência da notícia e está intimamente ligada a todos os outros caracteres que ela exige. Tipos diferentes de notícias vivem um período diferente de tempo. Na mais elementar de suas formas, o relato de uma notícia é um mero “lampejo” a anunciar que um acontecimento ocorreu. Se o ocorrido tiver real importância, o interêsse por êle acarretará novas indagações e um conhecimento mais completo das circunstâncias em que se verificou. O acontecimento deixa de ser notícia, entretanto, assim que haja cessado a atenção que despertou e assim que a atenção pública tenha sido dirigida para outro aspecto do *habitat* ou algum outro incidente tão nôvo, emocionante ou importante que seja capaz de prendê-la.

A razão por que a notícia nos chega em circunstâncias ordinárias, não como história continuada mas como série de incidentes independentes torna-se clara quando reparamos no fato de que aqui nos interessa o espírito do público — ou o que se denomina espírito do público. Na mais elementar de suas formas, o conhecimento não chega ao público, como chega ao indivíduo, em forma de percepção, mas em forma de comunicação, isto é, de notícia. Entretanto, em condições normais, a atenção pública oscila, não tem firmeza e desvia-se facilmente. Quando o espírito do público vagueia, a relação, o meio de comunicação secreta, ou qualquer outra coisa que esteja assegurando a transmissão da notícia dentro dos limites do público, pára de funcionar, relaxa-se a tensão, rompe-se a comunicação e o que era notícia viva transforma-se em fato frio.

Como sabe todo jornalista, lê-se uma notícia, na razão inversa do seu comprimento. O leitor comum lerá uma coluna e meia de itens de duas ou três linhas a respeito dos homens e coisas da sua cidade antes de ler um artigo de uma coluna, por mais anunciado que tenha sido nas manchetes, a menos que se trate, não apenas de notícia, senão de uma reportagem, isto é, algo que encerre o que se denomina técnica-mente “interêsse humano”. A notícia chega em forma de breves co-

municações independentes, que podem ser fácil e rapidamente compreendidas. Na verdade, a notícia realiza, de certo modo, para o público, as mesmas funções que realiza a percepção para o indivíduo; isto é, não somente o informa como principalmente o orienta, inteirando cada um e todos do que está acontecendo. E fá-lo sem qualquer esforço do repórter por interpretar os acontecimentos relatados, exceto o esforço do repórter para os tornar compreensíveis e interessantes.

A primeira reação típica do indivíduo a uma notícia será, provavelmente, o desejo de repeti-la a alguém. Isto gera a conversação, desperta novos comentários e talvez uma discussão. Mas o que há nesse fato de singular é que, iniciada a discussão, o acontecimento discutido deixa de ser notícia e, sendo diferentes as interpretações de um acontecimento, as discussões se transferem do plano da notícia para o dos problemas que ela suscita. O choque de opiniões e pareceres, que a discussão invariavelmente evoca, termina, via de regra, numa espécie qualquer de consenso ou opinião coletiva — que nós denominamos opinião pública. É na interpretação dos acontecimentos presentes, ou seja, da notícia, que se funda a opinião pública.

O âmbito em que circula a notícia, dentro de uma unidade política ou de uma sociedade política, determina o âmbito em que se pode dizer que participam os membros dessa sociedade, não de sua vida coletiva — que é o termo mais lato — mas de seus atos políticos. Está visto que a ação política e o poder político, como de ordinário se compreendem essas expressões, não se baseiam tão-só no concerto e no consenso que possam existir num rebanho ou numa multidão. Fundam-se, em última análise, segundo parece, na capacidade de uma sociedade política, sem embargo dos recursos militares ou materiais que possua, de agir não só concertadamente mas também coerentemente de acôrdo com algum propósito meditado e no favorecimento de algum objetivo racional. Parece que o mundo da política se apóia como disse Schopenhauer do mundo em geral, na relação orgânica entre a vontade e a idéia. Outras fontes mais materiais de poder político serão, manifestamente, apenas instrumentais.

Freeman, o historiador, disse que a História é a política passada e a política, a História presente. Poucas palavras que encerram muita verdade, ainda que o pronunciamento necessite, na prática, de uma ampliação e alguma qualificação. Se bem intimamente ligada a ambas, a notícia não é História nem política. Não obstante, é o material que possibilita a ação política, distinguida de outras formas de comportamento coletivo.

Entre outras espécies de comportamento coletivo estão as formas reconhecidas e convencionais do cerimonial e da expressão religiosa — da etiquêta e do ritual religioso — que, na proporção em que criam a unanimidade e mantêm o moral, desempenham direta e indiretamente papel importante na política e na ação política. Mas a religião não tem com a notícia a íntima conexão que tem a política. A notícia é um fenômeno puramente secular.

III

Existe um dito proverbial segundo o qual é o inesperado que acontece. Ora, como o que acontece faz notícia, daí se segue, ou parece seguir-se, que a notícia está sempre ou principalmente relacionada com o insólito e o inesperado. Segundo tudo indica, até o acontecimento mais corriqueiro tem probabilidades de ser relatado na imprensa, contanto que represente um afastamento do ritual costumeiro e da rotina da vida cotidiana. Essa concepção da notícia foi confirmada pelos redatores que, na competição pela circulação e pela publicidade, procuraram tornar seus jornais vivos e interessantes, quando êstes não podiam ser invariavelmente informativos ou emocionantes. Em seus esforços por incutir no espírito de repórteres e correspondentes a importância de buscar sempre e em tôda parte alguma coisa que comova, divirta ou choque o leitor, os noticiaristas puseram em circulação alguns exemplos interessantes do que os alemães, parafraseando Homero, chamaram de *geflügelte Wörter*, “palavras aladas”. O epigrama que descreve a notícia que cobriu, voando, maior território e se repete com mais freqüência do que qualquer outro é êste: “Cachorro morde homem” — não é notícia. — Mas “Homem morde cachorro” — é. *Nota bene!* não é a importância intrínseca do acontecimento que o faz digno de ser noticiado. É antes o fato de ser tão insólito que, publicado, surpreenderá, divertirá ou comoverá o leitor, de tal sorte que seja lembrado e repetido. Pois a notícia será sempre, afinal, como Charles A. Dana a descreveu: “algo que fará as pessoas falarem”, ainda que não as faça agirem.

O fato de que a notícia costuma circular espontaneamente e sem quaisquer ajudas adventícias — além de circular livremente, sem inibições nem censuras — parece ser responsável por outro caráter que a ela se prende, estremando-a de tipos correlatos, porém menos autênticos, de conhecimento — a saber, o boato e o falatório. Para que um relato de acontecimentos em curso tenha características de notícia

não deve apenas circular — possivelmente por tortuosos canais subterrâneos — mas ser publicado, se necessário pelo pregoeiro da cidade ou pela imprensa pública. A publicação tende a dar à notícia um pouco do caráter de documento público. A notícia é mais ou menos autenticada por haver sido exposta ao exame crítico do público a que se dirige e com cujos interesses se relaciona.

O público que assim, por assentimento comum ou por não protestar, sela com sua aprovação um relato publicado não lhe dá à interpretação a autoridade do pronunciamento sujeito à crítica histórica especializada. Todo público tem seus preconceitos locais e suas próprias limitações. Um exame mais acurado dos fatos revelaria, muito possivelmente, a um espírito mais crítico e esclarecido, a ingênua credulidade e parcialidade de uma opinião pública não sofisticada. Com efeito, a ingenuidade e a credulidade assim reveladas podem tornar-se importante dado histórico ou sociológico. Isto, contudo, serve apenas para ilustrar o fato de que todo público tem seu próprio universo de discurso e de que, humanamente falando, um fato só é fato em algum universo de discurso. (5)

A consideração das mudanças ocorridas na informação que principia a circular sem a sanção que lhe dá a publicidade projeta uma luz interessante sobre a natureza da notícia. Em tal caso, um relato, que emana de alguma fonte não revelada e viaja para destino desconhecido, invariavelmente acumula detalhes das contribuições inocentes, mas sobretudo ilícitas, dos que o assistem na viagem. Nessas circunstâncias, o que a princípio não passava de simples boato tende a assumir, com o tempo, o caráter de lenda, isto é, de algo que toda a gente repete mas em que ninguém acredita.

Quando, por outro lado, se publicam relatos de acontecimentos correntes com nomes, datas e lugares, que facultam a qualquer interessado verificá-los, logo se dissipa a atmosfera de lenda que os cerca e empresta detalhes fantásticos à notícia tal como foi originariamente relatada, e o que é fato, ou passará por fato, até ser corrigido por

(5) Um universo de discurso não é, como se usa comumente o termo, mais que um vocabulário especial bem compreendido e apropriado a situações específicas. Entretanto, no caso de alguma ciência especial, pode incluir um corpo de termos ou conceitos definidos com maior precisão, que, nesse caso, tenderão a assumir um caráter mais ou menos sistemático. A História, por exemplo, não emprega, ou quase não emprega, conceitos especiais. Por outro lado, empregam-nos a Sociologia e todas as ciências que tentam ser sistemáticas. Na medida em que assumem esse caráter sistemático, os conceitos propendem a constituir-se numa "estrutura de referência".

novos e mais recentes relatos noticiosos, reduz-se a algo mais prosaico do que a lenda e mais autêntico do que a notícia, isto é, o fato histórico.

Se é o inesperado que acontece não é o totalmente inesperado que surge na notícia. Os acontecimentos que fizeram notícia no passado, como no presente, são realmente as coisas esperadas, assuntos caracteristicamente simples e comuns, como nascimentos e mortes, casamentos e enterros, as condições das colheitas, a guerra, a política e o tempo. São estas as coisas esperadas, mas são ao mesmo tempo as coisas imprevisíveis. São os incidentes e acasos que surgem no jôgo da vida.

O fato é que o que faz a notícia é o seu interesse e este, como o sabe todo editor de assuntos locais, é uma quantidade variável — que precisa ser levada em consideração desde que êle se senta à sua mesa de manhã até que o secretário da noite feche a última página. E isso porque o valor da notícia é relativo, e um acontecimento que chega mais tarde, o que é freqüente, diminui o valor do acontecimento anterior. Nesse caso, o item menos importante cede lugar ao item subsequente e mais importante.

As anedotas e seções de "acredite se quiser", que aparecem no meio do noticiário, são valiosas para o Secretário porque podem ser tiradas da página que vai ser impressa a fim de dar lugar a algo mais recente e mais urgente. De qualquer maneira são estes, em conjunto, os acidentes e incidentes para os quais o público está preparado; as vitórias e derrotas no campo de futebol ou no campo de batalha; as coisas que tememos e as que esperamos — disso se faz a notícia. Sem embargo, é difícil compreender, considerando-se o número de pessoas mortas e mutiladas anualmente por acidentes automobilísticos (o número de mortos em 1938 foi de 32 600) que esses grandes sacrifícios de vida raramente figurem na primeira página. A diferença parece residir em que o automóvel passou a ser aceito como traço permanente da vida civilizada e a guerra não o foi.

Por conseguinte, a notícia, pelo menos no sentido estrito do termo, não é história nem anedota. É alguma coisa que tem para a pessoa que a ouve ou lê um interesse mais pragmático do que apreciativo. Limita-se caracteristicamente, se não sempre, a acontecimentos que produzem mudanças súbitas e decisivas. Pode ser um incidente, como o da família de côr, em Filadélfia, Frances e Ben Mason, que ganhou recentemente uma fortuna na loteria da Irlanda. (6) Pode ser um

(6) Veja *Time*, de 25 de dezembro de 1939, p. 12.

trágico incidente, como a batalha ao largo das costas do Uruguai, que resultou na destruição do navio de guerra alemão Graf Spee, e no suicídio do seu comandante. Tais acontecimentos não foram apenas notícia — isto é, alguma coisa que provocou súbita e decisiva mudança em situação previamente existente — mas, na medida em que foram relatados pelos jornais e em que nêles refletimos, tenderam a assumir uma significação nova e ideal: a primeira, uma história de autêntico interesse humano; a segunda, a da tragédia, algo, para usarmos a expressão de Aristóteles, capaz de inspirar “piedade e terror”. Acontecimentos como êsses propendem a ser recordados. Por fim, podem tornar-se lenda ou ficar registrados em baladas populares. Lendas e baladas não precisam de datas nem de nomes de pessoas ou lugares que as autentiquem. Vivem e sobrevivem em nossa lembrança e na do público mercê do seu interesse humano. Como acontecimentos, deixaram de existir. Sobrevivem como uma espécie de símbolo fantasmagórico de algo que tem interesse universal e perene, representação ideal da verdade da vida e da natureza humana em toda a parte.

Assim parece que a notícia, como forma de conhecimento, contribui com seu registro de acontecimentos não só para a História e para a Sociologia, mas também para o folclore e a Literatura; contribui não só para as Ciências Sociais mas também para as humanidades.

I V

O horizonte sociológico assumiu recentemente novas dimensões. A Antropologia social, que já não trata apenas da sociedade primitiva, principiou a estudar não só a História mas também a História Natural e a função das instituições. Ao fazê-lo, invadiu cada vez mais o campo do interesse e da pesquisa sociológica. A Psiquiatria, igualmente, descobriu que as neuroses e psicoses são moléstias de uma personalidade que é, em si mesma, produto de um meio social criado pela interação de personalidades. Entrementes, desenvolveu-se nos Estados Unidos e na Europa uma sociologia da lei que concebe como produtos naturais as normas que os tribunais estão procurando racionalizar, sistematizar e aplicar em casos específicos. Finalmente, registraram-se recentes e interessantes tentativas para trazer o objeto do próprio conhecimento para dentro dos limites da disciplina sociológica.

As teorias do conhecimento existiram desde o tempo de Parmênides. Entretanto, curaram menos do conhecimento, que é um dado, que da verdade ou conhecimento válido, que é uma idéia e um ideal.

O que interessa à sociologia do conhecimento não é o que constitui a validade do conhecimento — de uma declaração de princípios ou de fato — mas as condições em que surgem diferentes tipos de conhecimento e as funções de cada um.

Quase todas as formas de conhecimento que lograram dignidade científica são, na longa história do gênero humano, de recentíssima origem. Uma das primeiras e mais elementares é a notícia. Houve um período, e isso também não faz muito tempo, em que não havia Filosofia, nem História, nem conhecimento racional de espécie alguma. Havia apenas o mito, a lenda e a magia. O que hoje descrevemos como ciências exatas só principiou a existir na Renascença. Pode-se dizer aproximadamente que as Ciências Sociais só vieram a existir nos últimos cinquenta anos. Pelo menos somente no último meio século principiam elas, com o emprêgo mais amplo da Estatística, a lograr algo semelhante à precisão científica.

Na medida em que deve ser considerada como conhecimento, a notícia, provavelmente, é tão velha quanto a Humanidade, talvez até mais. Aos animais inferiores não faltava uma espécie de comunicação, que tinha certa semelhança com a notícia. O cacarejo da galinha é compreendido pelos pintos como sinal de perigo ou alimento, e os pintos lhe respondem.

Isto não quer dizer que todo tipo de comunicação num rebanho ou manada tenha caráter de notícia. O que se comunica, de ordinário, é simplesmente uma como que excitação contagiosa — por vezes apenas uma sensação de bem-estar na associação gregária do rebanho, em outras uma sensação de desassossêgo ou mal-estar, manifestada e ampliada intensificada nas marradas. Parece provável que essa difusa excitação social, imprescindível à existência do rebanho como unidade social, sirva também para facilitar a comunicação da notícia ou o que, no rebanho, lhe corresponde.

Existe no linguajar naval a expressão, “frota em estado”, para significar, aparentemente, que os navios que constituem uma frota se acham em comunicação recíproca e suficientemente mobilizados, com a finalidade, talvez, de alguma ação concertada. A mesma expressão pode aplicar-se à comunidade, à sociedade ou ao rebanho. Uma sociedade se acha “em estado” quando os indivíduos que a compõem estão de tal maneira *en rapport* que, capazes ou não de uma ação conjunta e coletiva, podem ser descritos como participantes da existência comum ou coletiva. Numa sociedade dessa natureza, a excitação social difusa tende a envolver, como atmosfera, quantos participam da vida comum e dar direção e tendência aos seus interesses e atitudes. Dir-se-á que

os indivíduos de uma sociedade assim se acham dominados por um estado de espírito comum, que lhes determina o âmbito e o caráter dos interesses e atitudes ou tendências para agir. A mais óbvia ilustração dessa obscura tensão ou estado de espírito social na comunidade é a influência persistente e penetrante da moda.

Em certas ocasiões e em determinadas circunstâncias, a excitação coletiva, tão essencial à comunicação quando não à compreensão, atinge um nível mais alto de intensidade e, ao fazê-lo, tende a limitar a amplitude da reação, aumentando embora a intensidade dos impulsos assim desinibidos. O efeito disto é o mesmo que se verifica no caso da atenção do indivíduo: a atenção exclusiva a certas coisas inibe as respostas a outras. O que significa, no caso da sociedade, limitação da esfera e do caráter da notícia a que ela reagirá coletiva ou individualmente.

Em sua forma mais elementar, a elevação da tensão social pode observar-se no rebanho quando êste, por alguma razão, se mostra desassossegado e principia a distribuir marradas. Eleva-se a tensão à medida que aumenta o desassossêgo. Dir-se-ia que as marradas produzissem no rebanho um estado de expectativa que, na proporção em que aumentasse de intensidade, aumentaria também a certeza de que, dali a pouco, algum incidente, o ribombar do trovão ou o estalejar de um galho, levaria o rebanho a estourar.

Algo semelhante acontece no público. Quanto mais se eleva a tensão, mais se estreita o limite do interesse público, e se limita a esfera de acontecimentos a que o público responderá. Restringe-se a circulação da notícia; cessa a discussão e cresce a certeza de uma ação qualquer. Êsse estreitamento do foco da atenção pública tende a aumentar a influência da pessoa ou das pessoas dominantes na comunidade. Mas a existência dêsse domínio depende da capacidade da comunidade, ou de seus líderes, de manter a tensão. É assim que surgem os ditadores e se conservam no poder. E assim se explica igualmente a necessidade, para a ditadura, de alguma espécie de censura.

Parece que a notícia só circula na sociedade em que existe certo grau de relação e certo grau de tensão. Mas a notícia que vem de fora do círculo de interesse público dispersa a atenção e, ao fazê-lo, estimula indivíduos a agirem mais por conta própria que por iniciativa de um partido ou de uma personalidade dominante.

Em circunstâncias comuns — menos em tempo de guerra ou revolução do que em tempo de paz a notícia tende a circular numa área que se amplia cada vez mais, à proporção que se multiplicam os

meios de comunicação. Em tais circunstâncias, as mudanças na sociedade e em suas instituições continuam a ocorrer, porém de maneira fragmentária e mais ou menos imperceptível. Em outras condições — na guerra ou na revolução — as mudanças ocorrem violenta e visivelmente, porém catastróficamente.

A permanência das instituições em circunstâncias comuns depende da sua capacidade, ou da capacidade da comunidade de que fazem parte, de se adaptarem a mudanças tecnológicas e a outras mudanças menos óbvias. Mas tais mudanças e suas conseqüências se manifestam não só direta senão também indiretamente na notícia. Instituições como a Igreja católica ou o Estado japonês sobreviveram às drásticas mudanças do tempo porque foram capazes de reagir às mudanças nas condições de existência, não só às físicas e obviamente impostas, mas também às que se prenunciavam e refletiam na notícia.

Mostrei o papel que a notícia desempenha no mundo da política na medida em que ministra fundamentos para as discussões de que se forma a opinião pública. A notícia representa papel importantíssimo no mundo das relações econômicas, visto que o preço das mercadorias, inclusive do dinheiro e dos valores, tal como se registra no mercado mundial e em todos os mercados locais que dêle dependem, se baseia na notícia.

Tão sensíveis são as bôlsas aos acontecimentos em tôdas as partes do mundo que qualquer flutuação da moda ou do tempo tende a refletir-se nos preços. Eu já disse que a notícia é um fenômeno secular. Mas surgem ocasiões em que as mudanças são tão grandes e tão catastróficas que os indivíduos e os povos já não se interessam por assuntos terrenos. Nesses casos, vendo frustradas suas ambições e esperanças, afastam-se os homens do mundo dos negócios seculares e buscam refúgio e consôlo na fuga do seu vasto mundo para a segurança do pequeno mundo da família ou da igreja. A função da notícia é orientar o homem e a sociedade num mundo real. Na medida em que o consegue, tende a preservar a sanidade do indivíduo e a permanência da sociedade.

Se bem seja um produto anterior e mais elementar da comunicação do que a ciência, a notícia não foi desbancada por ela. Pelo contrário, a importância da notícia aumentou constantemente com a expansão dos meios de comunicação e o desenvolvimento da ciência.

Meios aperfeiçoados de comunicação cooperaram com as vastas acumulações de conhecimentos, nas bibliotecas, museus e sociedades eruditas, para tornar possível uma interpretação mais rápida, apurada

e completa dos acontecimentos à proporção que ocorrem. O resultado é que pessoas e lugares, outrora remotos e lendários, são agora familiares a todo leitor da imprensa diária.

De fato, a multiplicação dos meios de comunicação permite agora a qualquer pessoa, ainda que se encontre na região mais afastada do mundo, participar realmente dos acontecimentos — se não como espectador, ao menos como ouvinte — na medida em que se verificam em outra parte do globo. Ouvimos recentemente Mussolini dirigir-se aos seus seguidores fascistas de um balcão de Roma; ouvimos Hitler falando diante de uma fervorosa congregação do Reichstag, em Berlim, não apenas para o Presidente mas para o povo dos Estados Unidos. Tivemos até o ensejo de ouvir os termos do momento acôrdo de Munique, dez segundo depois de haver sido assinado pelos representantes de quatro das principais potências da Europa e do mundo. O fato de poderem consumir-se atos tão momentosos como êsses tão rápida e publicamente alterou de súbito e de todo o caráter da política internacional. De modo que não se pode sequer adivinhar o que o futuro reserva para a Europa e para o mundo.

No mundo moderno, o papel da notícia assumiu uma importância antes acrescida que diminuída em confronto com outras formas de conhecimento, como a História, por exemplo. Tão rápidas e drásticas foram as mudanças nos últimos anos que o mundo moderno parece ter perdido a perspectiva histórica, e nós parecemos estar vivendo, dia a dia, no que descrevi anteriormente como o “presente especioso”. Em tais circunstâncias, dir-se-á que a História é lida ou escrita sobretudo para permitir-nos, pelo cotejo entre o presente e o passado, compreender o que está acontecendo à nossa volta, mais do que saber, como nos disserem os historiadores, “o que realmente aconteceu”.

Assim, em artigo recente estampado na *Saturday Review*, Elmer Davis indica como “leitura obrigatória” para 1939 dois volumes: o *Mein Kampf* de Hitler e a *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides (431 A. C.). Recomenda a história da Guerra do Peloponeso porque, como diz, “Tucídides não foi apenas brilhante analista do comportamento humano, tanto individual quanto coletivo”, mas foi, ao mesmo tempo, “grande repórter”. (7)

Observa-se também, como característica do nosso tempo, que, assim como a notícia, tal qual é apresentada nos jornais norte-ameri-

(7) “Required Reading”, *Saturday Review of Literature*, 14 de outubro de 1939.

canos, tendeu a assumir o caráter da literatura, assim a ficção — depois do jornal a mais popular das formas de literatura — assumiu cada vez mais o caráter de notícia. (8)

Os romances de Émile Zola eram essencialmente relatos de costumes contemporâneos na França, exatamente como se descreveu *As Vinhas da Ira* de Steinbeck como memorável relato sôbre o meeiro nos Estados Unidos.

Parece que a nossa é a época da notícia, e um dos acontecimentos mais importantes da civilização norte-americana foi o surgimento do repórter.

(8) Veja Helen MacGill Hughes, *News and the Human Interest Story* (Chicago: University of Chicago Press 1940).